

T4F Entretenimento S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Relatório da administração	8
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	26
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	32
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	87
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	88

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da T4F Entretenimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita sobre prestação de serviço – Notas Explicativas nºs 2.i e 22

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O reconhecimento das receitas oriundas de bilheteria, patrocínios, taxas de conveniência e taxas de entrega ocorre após a realização dos eventos e o cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas nos respectivos contratos. A receita de bilheteria é reconhecida no momento da realização do evento, enquanto as receitas relacionadas a patrocínios estão sujeitas a critérios específicos definidos contratualmente entre as partes. Já as receitas de taxas de conveniência e de entrega são reconhecidas quando da efetiva venda e entrega dos ingressos aos clientes, caracterizando o cumprimento das obrigações de desempenho.

Com o objetivo de assegurar que todas as receitas de serviços sejam mensuradas pelo valor justo da contraprestação e reconhecidas no período contábil apropriado, incluindo os valores relativos a adiantamentos de clientes e patrocinadores, a Companhia adota procedimentos internos para análise das transações e registros até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e das características inerentes ao processo de reconhecimento de receita sobre prestação de serviços, incluindo adiantamentos de clientes e patrocinadores, bem como do potencial impacto de eventuais descumprimentos das obrigações de desempenho nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, este assunto foi novamente considerado significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria em nossos trabalhos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção de entendimento e avaliação do desenho dos controles internos (incluindo aspectos de Tecnologia da Informação) estabelecidos pela administração para iniciação, mensuração e identificação do cumprimento da obrigação de performance, resultando no reconhecimento da receita de prestação de serviços;
- Realização de procedimentos de confirmação de saldos para uma amostra de clientes e operadoras de cartão de crédito, por meio do envio de cartas de circularização;
- Execução de testes substantivos com base em amostras de transações de receitas reconhecidas no exercício, utilizando componentes independentes, incluindo, quando aplicável, análise de contratos, notas fiscais emitidas, documentação comprobatória da prestação dos serviços e recebimentos financeiros; e
- Avaliação da adequação das políticas contábeis e das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que são razoáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia, oriundas das vendas de serviços e de patrocínios, bem como suas respectivas divulgações nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações por nós analisadas e são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Avaliação do valor recuperável de ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas notas explicativas 13 e 27, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos ativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes, respectivamente, de R\$ 58.480 mil e R\$ 47.241 mil, reconhecidos no ativo não circulante. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados tributáveis, podendo apresentar variações em relação aos dados e valores efetivamente realizados.

Este assunto foi novamente considerado um principal assunto de auditoria em razão da complexidade envolvida no processo de avaliação e do elevado grau de julgamento e subjetividade a ele inerente, especialmente no que se refere às diversas premissas utilizadas, tais como a definição das unidades geradoras de caixa, taxas de desconto e projeções de rentabilidade para múltiplos períodos futuros, todas sujeitas a mudanças significativas em função das condições de mercado e de cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Análise das políticas contábeis relacionadas à constituição do ágio e à determinação dos tributos diferidos ativos;
- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados ao processo de fechamento contábil, que inclui a estimativa de lucro tributável futuro e projeções que suportam a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e ágio;
- Avaliação da objetividade e competência dos responsáveis pela elaboração das projeções;
- Envolvimento de nossos especialistas internos da área tributária e de finanças corporativas para análise das premissas e metodologias adotadas e revisão dos cálculos e projeções futuras elaborados pela administração;
- Realização de testes de exatidão matemática e verificação da consistência entre os dados utilizados nas projeções e as informações contábeis disponíveis;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que são razoáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura e dos tributos diferidos ativos, estando as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consistentes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

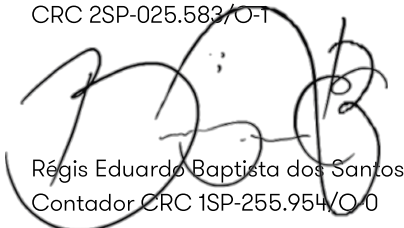
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

y



T4F TIME
FOR
FUN

RELEASE 4T25

Webinar de resultados 4T25

Data: 26 de março de 2025

Português: 10am (BRT) | 8am (EST)

Inglês: 11am (BRT) | 9am (EST)

Link da inscrição: webinar.2025

Central de resultados: ri.t4f.com.br

REALIZAÇÕES 4T25



WICKED

O musical Wicked, iniciado em março de 2025, teve extensão de calendário até o fim de dezembro do mesmo ano.



Turnê Phonica

A turnê Phonica | Marisa Monte & Orquestra Ao Vivo foi realizada em 6 grandes capitais do eixo Sul-Sudeste com sucesso de bilheteria e crítica.



Festival Turá POA

O festival focado em música brasileira retornou a Porto Alegre após cancelamento em 2024 devido às enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul.

DESTAQUES 4T25

Indicadores Financeiros (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Receita Líquida	37,5	70,4	88%	165,7	180,8	9%
Promoção de Eventos	8,4	33,8	3,0	50,5	46,8	-7%
Música Ao Vivo	2,1	33,8	n.a.	13,2	45,1	243%
Eventos Família e Teatro	6,3	-	n.a.	37,3	1,7	-95%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	23,9	25,6	7%	93,2	102,1	10%
Patrocínio	5,3	11,0	109%	22,0	31,8	45%
Promoção de Eventos	5,3	11,0	1,1	16,7	27,7	66%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	-	-	n.a.	5,3	4,1	-23%
Custo	(17,5)	(50,8)	-191%	(144,6)	(131,4)	9%
Lucro Bruto	20,1	19,6	-2%	21,1	49,3	134%
Margem Bruta (%)	53,5%	27,9%	-25,6 p.p.	13%	27%	14,6 p.p.
SG&A	(17,6)	(13,7)	22%	(48,0)	(52,9)	-10%
Outras receitas (despesas) operacionais	3,4	(3,4)	n.a.	20,8	(18,7)	-190%
(+) Depreciação e amortização	1,6	1,8	18%	5,5	6,8	23%

EBITDA	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
EBITDA	7,4	4,4	-40%	(0,7)	(15,5)	n.a.
Margem EBITDA (%)	19,7%	6,3%	-13,4 p.p.	0%	-9%	-8,2 p.p.
Outras despesas não operacionais	(22,5)	-	100%	(22,6)	-	100%
(-) Depreciação	(1,6)	(1,8)	-18%	(5,5)	(6,8)	-23%
Resultado Financeiro	(7,1)	(17,4)	-145%	(31,2)	(29,4)	6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1,2)	(1,5)	-27%	(8,2)	(2,8)	66%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(25,0)	(16,4)	34%	(68,2)	(54,4)	20%
Margem Líquida (%)	-66,6%	-23,3%	43,3 p.p.	-41%	-30%	11,1 p.p.

Indicadores Operacionais	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Música Ao Vivo						
Eventos Promovidos	3	12	300%	10	19	90%
Ingressos Vendidos (000)	7	98	n.a.	35	139	299%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	283	350	24%	292	348	19%
Eventos Família e Teatro						
Eventos Promovidos	-	-	n.a.	207	10	-95%
Ingressos Vendidos (000)	-	-	n.a.	28	15	-46%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	-	n.a.	189	113	-40%
Total						
Número de Eventos	3	12	300%	217	29	-87%
Ingressos Vendidos (000)	7	98	n.a.	62	154	147%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	283	350	24%	247	325	32%

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, clientes e parceiros,

Neste trimestre, tivemos a realização dos shows da turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo, em seis grandes capitais do Sul-Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, totalizando 10 apresentações. A turnê teve grande sucesso de público, impulsionando os resultados da Companhia no segmento Música Ao Vivo. No Teatro Renault, o musical Wicked teve extensão até dezembro de 2025 devido ao excelente desempenho de público e crítica, fechando o ano com resultados surpreendentes para a operação.

Ainda no quarto trimestre, entregamos o festival Turá Porto Alegre, que havia sido adiado em 2024 devido às enchentes ocorridas na região.

Ao fim do ano tivemos a abertura das vendas da turnê Phonica em Recife, Salvador e Fortaleza, com pré-venda esgotadas nas três cidades, refletindo o sucesso da produção da turnê no quarto trimestre de 2025.

Nos próximos trimestres, está confirmada a turnê Phonica no Nordeste, além da realização das peças Ópera do Malandro e Shrek O Musical no Teatro Renault.

Seguimos firmes em nosso propósito de entregar experiências inesquecíveis, conectando pessoas por meio da arte, da música e do entretenimento ao vivo.

Francesca Alterio
CEO

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a equidade de gênero, apresentando informações sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional.

A Companhia é também signatária e observa o Código de Ética e Conduta (<https://ri.t4f.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigo-de-etica/>), o qual apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades.

Nesse contexto, a Companhia valoriza as pessoas e sua individualidade, respeita as diferenças e busca oferecer oportunidades iguais para todos, independentemente de cor, credo, orientação sexual, gênero, origem ou necessidades especiais.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 59% de mulheres em seu quadro de funcionários (44% em dezembro de 2024). A quantidade de mulheres na Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, sendo 100% de mulheres ocupando esse cargo.

Número e proporção de mulheres por nível hierárquico

A tabela abaixo apresenta a distribuição do quadro de colaboradores por nível hierárquico e gênero nos exercícios de 2025 e 2024.

Grupo	2025	2024
Conselho	40%	36%
Diretoria estatutária	100%	100%
Demais cargos	63%	45%

Proporção da remuneração total de mulheres em relação aos homens

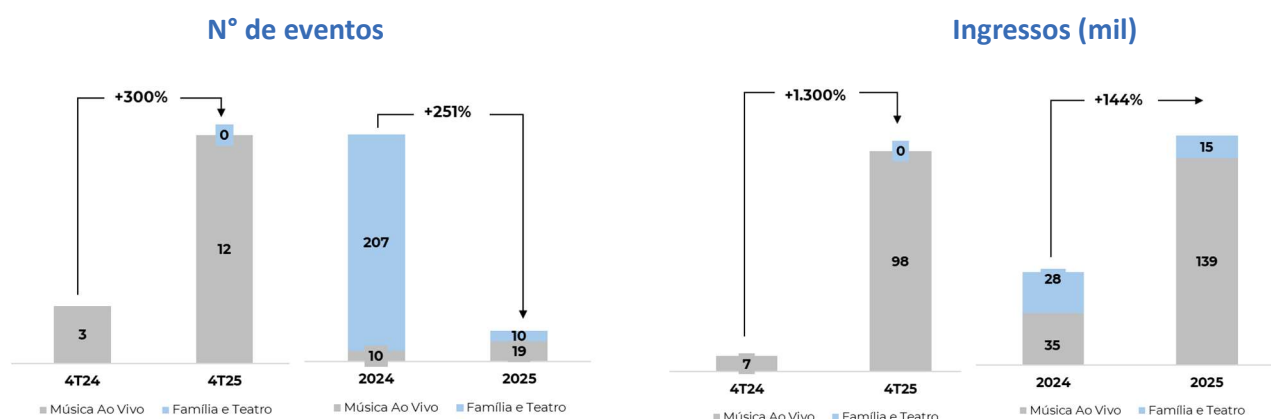
Grupo	2025	2024
Conselho	74%	92%
Diretoria estatutária	100%	100%
Demais cargos	93%	85%

As diferenças observadas entre remunerações médias refletem principalmente fatores como: nível de experiência profissional; tempo de permanência na Companhia; funções específicas exercidas; escopo de responsabilidade dos cargos.

A Companhia mantém políticas de remuneração baseadas em critérios de qualificação profissional, desempenho e responsabilidades do cargo, buscando assegurar práticas alinhadas aos princípios de equidade e transparência. A Administração da Companhia acompanha periodicamente a composição de seu quadro funcional e as práticas de gestão de pessoas, com o objetivo de promover um ambiente organizacional inclusivo, diverso e alinhado às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia permanece comprometida com o fortalecimento de políticas de diversidade, equidade e inclusão, observando a legislação aplicável e as diretrizes de governança corporativa.

INDICADORES OPERACIONAIS



Durante o 4T25, realizamos 12 eventos de Música Ao Vivo, que totalizaram 98 mil ingressos vendidos, em comparação aos 3 eventos e 7 mil ingressos registrados no mesmo período do ano anterior.

Nesse trimestre, apresentamos a turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo em 6 grandes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre.

O Teatro Renault seguiu com a extensão do espetáculo Wicked até o dezembro de 2025, em cartaz desde março de 2025, com grande desempenho de bilheteria. Durante o trimestre, foram realizadas 95 sessões, com 88,8 mil ingressos vendidos.

Ao longo do ano, realizamos 29 eventos, com 19 de Música Ao Vivo, com shows da turnê Phonica, Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo, The Rose, Incubus, Polo & Pan e os festivais Turá SP, Turá Porto Alegre e Popload. Já no segmento Família e Teatro, entregamos o sucesso Wicked, que iniciou em março de 2025 e foi estendido até dezembro de 2025 devido ao sucesso de bilheteria, além da realização de Clara Nunes e Minha Vida em Marte. No total, vendemos mais de 154 mil ingressos. Em 2024, foram 217 eventos com venda total de 62 mil ingressos.

RECEITA LÍQUIDA

Receita Líquida (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Promoção de Eventos	8,4	33,8	302,4%	50,5	46,8	-7,3%
Música Ao Vivo	2,1	33,8	1507,4%	13,2	45,1	242,7%
Eventos Família e Teatro	6,3	-	-100,0%	37,3	1,7	-95,4%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	23,9	25,6	7,0%	93,2	102,1	9,5%
Patrocínio	5,3	11,0	109,2%	22,0	31,8	44,7%
TOTAL	37,6	70,4	87,4%	165,7	180,7	9,0%
Número de Eventos	3	12	300,0%	217	29	-86,6%
Ingressos Vendidos (mil)	7	98	n.a.	62	154	146,7%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	283	350	23,5%	247	325	31,8%

No quarto trimestre de 2025, a Receita Líquida totalizou R\$ 70,4 milhões, aumento de 87,4% em relação ao 4T24, reflexo de maior volume de eventos realizados no período (376 eventos em 2025 contra 217 em 2024).

A linha de Promoção de Eventos totalizou R\$ 33,8 milhões, frente a R\$ 8,4 milhões no 4T24. O resultado foi impulsionado pela turnê Phonica, que contribuiu positivamente para a categoria de Música ao Vivo, além da peça Wicked, em Eventos Família e Teatro.

Nas Operações de Bilheteria, A&B e Venues, a Receita Líquida foi de R\$ 25,6 milhões, 7,0% de crescimento comparado ao 4T24, explicada pelo maior volume de produções ao longo do trimestre, principalmente com a turnê Phonica e do espetáculo Wicked.

A linha de Patrocínios totalizou R\$ 11,0 milhões, versus R\$ 5,3 milhões no 4T24, resultado da entrega do festival Turá Porto Alegre e da Turnê da Marisa Monte.

No ano, a Receita Líquida atingiu R\$ 180,7 milhões, 9,0% acima em relação ao ano anterior.

LUCRO BRUTO

Lucro (Prejuízo) Bruto (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Receita Líquida	37,5	70,4	87,7%	165,7	180,8	9,1%
Custo	(17,5)	(50,8)	190,2%	(144,6)	(131,4)	-9,1%
Lucro (Prejuízo) Bruto	20,0	19,6	-2,0%	21,1	49,3	133,6%
Margem Bruta (%)	50,3%	27,8%	-22,5 p.p.	12,7%	27,3%	14,6 p.p.
Promoção de Eventos	3,1	(3,9)	n.a.	(23,1)	(16,8)	n.a.
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	11,7	12,5	6,7%	22,2	34,3	54,8%
Patrocínio	5,3	11,0	109,2%	22,0	31,8	44,5%

O Lucro Bruto alcançou R\$ 19,6 milhões no trimestre, representando uma queda de 2,0% em comparação ao 4T24. A margem bruta atingiu 27,8%, redução de 22,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, o Lucro Bruto foi de R\$ 49,3 milhões, 133,6% acima do ano anterior e margem também acima do último ano em 14,6 pontos percentuais.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Vendas	(0,8)	(1,0)	-31,1%	(2,0)	(2,4)	-20,6%
Gerais e Administrativas	(15,8)	(11,9)	25,1%	(41,7)	(47,4)	-13,7%
Remuneração dos Administradores	(1,0)	(0,9)	15,9%	(4,3)	(3,1)	29,0%
SG&A	(17,6)	(13,7)	22,3%	(48,0)	(52,9)	-10,2%
% Total/Receita Líquida	-47,0%	-19,5%	27,5 p.p.	29,0%	29,3%	0,3 p.p.
Outras receitas (despesas) operacionais	3,4	(3,4)	-199,0%	20,7	(18,7)	n.a.
Total	(14,3)	(17,1)	-19%	(27,3)	(71,6)	-162%

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 17,1 milhões no 4T25, contra R\$ 14,3 milhões no 4T24.

O SG&A no trimestre foi de R\$ 13,7 milhões, frente R\$ 17,6 milhões no mesmo período do ano anterior. A redução reflete os esforços da Companhia em tornar sua operação mais eficiente.

No acumulado do ano, as Despesas Operacionais alcançaram R\$ 71,6 milhões, contra R\$ 27,3 milhões no mesmo período de 2024.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(25,0)	(16,4)	34%	(68,2)	(54,4)	20%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	1,2	1,5	27%	8,2	2,8	-66%
(+) Resultado Financeiro Líquido	7,1	17,4	145%	31,2	29,4	-6%
(-) Outras despesas não operacionais	22,5	-	n.a.	22,6	-	n.a.
(+) Depreciação	1,6	1,8	15%	5,5	6,8	23%
EBITDA	7,3	4,4	-40%	(0,7)	(15,5)	n.a.

O EBITDA do quarto trimestre de 2025 foi positivo em R\$ 4,4 milhões, frente a R\$ 7,3 milhões no mesmo período de 2024. A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de efeitos não operacionais. No ano, o EBITDA foi negativo em R\$ 15,5 milhões, contra R\$ 0,7 milhão negativo no mesmo período de 2024.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Receitas Financeiras	27,1	0,2	-99%	37,8	17,9	-53%
Juros Ativos	2,4	(3,1)	n.a.	7,2	3,0	-58%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,6	1,6	166%	5,3	5,6	6%
Ganhos decorrentes de operação de "swap"	24,0	-	-100%	24,0	6,6	-73%
Outros	0,1	1,6	n.a.	1,3	2,7	110%
Despesas Financeiras	(14,3)	0,6	104%	(25,9)	(27,2)	-5%
Juros passivos	(4,6)	4,0	n.a.	(9,4)	(1,8)	81%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1,3)	(0,0)	97%	(3,6)	(0,6)	82%
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(5,9)	0,2	n.a.	(8,3)	(19,5)	-135%
Outras	(2,5)	(3,6)	-44%	(4,6)	(5,2)	-12%
Receitas - Despesas Financeiras	12,9	0,8	-94%	11,8	(9,3)	-179%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(19,9)	(18,2)	9%	(43,0)	(20,1)	53%
Variação Cambial	(15,5)	(6,0)	61%	(21,7)	4,9	n.a.
Variação Monetária	0,1	(2,0)	n.a.	(0,9)	(7,4)	-759%
Variação Hiperinflação	(4,5)	(10,2)	-124%	(20,5)	(17,7)	14%
Resultado Financeiro Líquido	(7,2)	(17,4)	-142%	(31,2)	(29,4)	6%

O resultado financeiro líquido totalizou um saldo negativo de R\$ 29,4 milhões em 2025, frente aos R\$ 31,2 milhões negativos registrados em 2024, indicando uma melhora no período. Esse desempenho continuou sendo impactado, principalmente, pelos efeitos da variação cambial, monetária e hiperinflação. Em função das operações na Argentina, nosso segundo maior mercado, permanecemos expostos a condições macroeconômicas adversas, que influenciaram o resultado financeiro — embora o impacto dessas variáveis tenha apresentado melhora, passando de um efeito negativo de R\$ 43,0 milhões em 2024 para R\$ 20,1 milhões em 2025, refletindo menor pressão cambial e inflacionária ao longo do período.

Por outro lado, o saldo entre receitas e despesas financeiras apresentou deterioração relevante, saindo de um saldo positivo de R\$ 11,8 milhões em 2024 para um resultado negativo de R\$ 9,3 milhões em 2025. Esse movimento foi impactado, principalmente, pela redução das receitas financeiras, que caíram de R\$ 37,8 milhões para R\$ 17,9 milhões no período.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mm)	4T24	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Resultado Antes de Impostos	(23,8)	(14,9)	37%	(60,0)	(51,6)	14%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(1,4)	(1,1)	24%	(10,6)	(3,9)	63%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	0,2	(0,4)	n.a.	2,3	1,1	-51%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(25,0)	(16,4)	34%	(68,2)	(54,4)	20%
Margem Líquida (%)	-66,7%	-23,3%	0,4 p.p.	-41,2%	-30,1%	0,1 p.p.

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 16,4 milhões no quarto trimestre de 2025, frente a prejuízo de R\$ 25,0 milhões no mesmo período do ano anterior, uma redução do prejuízo de 34%.

O ano encerrou com resultado de R\$ 54,4 milhões negativos contra R\$ 68,2 milhões negativos em 2024, uma melhoria do resultado em 20%.

CAPITAL DE GIRO

Capital de Giro (R\$ mm)	4T24	3T25	4T25	Var. (4T24/4T25)
Ativo Circulante	113,0	123,4	108,2	-4%
Contas a Receber	42,7	59,2	48,0	12%
Estoques	1,4	1,2	1,2	-15%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	6,6	10,9	9,6	46%
Imposto a Recuperar	57,4	46,9	44,5	-22%
Outras contas a receber	5,0	5,1	4,9	-2%
Passivo Circulante	121,6	134,6	94,6	-22%
Fornecedores	73,9	72,1	60,4	-18%
Adiantamento de Clientes	24,4	49,7	19,2	-21%
Salários, provisões e contribuições sociais	2,6	2,0	2,4	-9%
Impostos e contribuições a recolher	20,0	9,4	12,2	-39%
Dividendos a pagar	-	-	-	n.a.
Outras obrigações	0,7	1,3	0,4	-49%
Capital de Giro	(8,6)	(11,2)	13,6	n.a.

O ativo circulante no 4T25 totalizou R\$ 108,2 milhões, uma redução de 4% em relação ao 4T24, impactada principalmente pelo aumento de 12% na linha de Contas a Receber e redução de 22% da linha Impostos a Recuperar.

O passivo circulante somou R\$ 94,6 milhões, representando redução de 22% em comparação ao 4T24. O principal destaque foi o decréscimo das contas Fornecedores em 18% e Adiantamentos de Clientes em 21%, principalmente devido à realização da turnê Phonica neste período e o pagamento de fornecedores referentes aos eventos da turnê.

A variação combinada dessas contas no quarto trimestre resultou em um aumento de necessidade de capital de giro de R\$ 24,8 milhões.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Var. (4T25/4T24)	2024	2025	Var. (2025/2024)
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP)	103,0	114,0	96,5	97,8	114,7	11%	148,5	114,0	-23%
Fluxo de Caixa Operacional	9,6	(13,9)	7,0	20,6	(26,3)	n.a.	(49,9)	(12,6)	75%
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,7)	(0,3)	(0,4)	(1,0)	(1,4)	-101%	(3,3)	(3,1)	7%
Fluxo de Caixa de Financiamento	4,6	(8,9)	(5,8)	(3,7)	(17,2)	n.a.	15,6	(35,6)	n.a.
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	(2,7)	5,7	0,4	1,0	1,7	n.a.	2,2	8,8	291%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	10,9	(17,4)	1,2	16,9	(43,2)	n.a.	(35,4)	(42,5)	-20%
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	114,0	96,6	97,8	114,7	71,5	-37%	114,0	71,5	-37%
Empréstimos e Financiamentos - CP	76,1	28,1	51,5	50,2	39,0	-49%	76,1	39,0	-49%
Passivo de Arrendamento - CP	2,8	3,1	3,4	2,8	2,6	-8%	2,8	2,6	-8%
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	27,6	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Passivo de Arrendamento - LP	10,4	10,2	9,5	9,0	8,4	-19%	10,4	8,4	-19%
Endividamento Total	89,2	69,0	64,4	62,0	50,0	-44%	89,3	50,0	-44%
Caixa (Dívida) Líquido	24,8	27,6	33,4	52,7	21,5	-13%	24,8	21,5	-13%

O saldo de caixa e aplicações financeiras encerrou o exercício de 2025 em R\$ 71,5 milhões, uma variação negativa de R\$ 42,5 milhões no exercício.

O fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$ 3,8 milhões, impulsionado pelo recebimento das vendas da turnê Phonica, compensado pelos custos operacionais relacionados à produção dos eventos.

O fluxo de investimento totalizou R\$ 3,1 milhões negativos, referente à compra de ativos operacionais. Já o fluxo de financiamento consumiu R\$ 35,6 milhões, composto principalmente por uma captação de empréstimos no exercício de 2025 de R\$ 54,0 milhões de empréstimos e pagamentos de principal e juros de R\$ 86,7 milhões, resultado com liquidação de operação de swap de R\$ 1,6 milhões e adicionalmente liquidação de arrendamentos no valor R\$ 4,5 milhões.

Como resultado, houve uma queda do caixa de R\$ 39,3 milhões no exercício e o endividamento total encerrou o período em R\$ 50,0 milhões, uma redução de 44% em relação a 2024.

Com isso, a Companhia encerrou o trimestre com caixa líquido de R\$ 21,5 milhões, frente a R\$ 24,8 milhões em 2024.

PIPELINE

Para o primeiro trimestre de 2026, a T4F já conta com agenda de grandes atrações em suas principais frentes de atuação.

Em Música Ao Vivo, o início de 2026 inclui os shows de Marisa Monte no Nordeste do país. A turnê que foi sucesso no eixo Sul-Sudeste do Brasil será realizada também em grandes capitais do Nordeste brasileiro.

No segmento de Família e Teatro, o espetáculo Ópera do Malandro estreou no início do ano e será seguido pelo lançamento do musical Shrek.

A Companhia segue avaliando novas oportunidades de conteúdo e parcerias para o próximo ciclo de eventos, reafirmando seu compromisso em oferecer experiências únicas e de alta qualidade ao público.



BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ mil)

ATIVO	1T25	2T25	3T25	4T25
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	94.473	95.651	113.733	71.440
Aplicações financeiras	2.088	2.090	971	999
Instrumentos Financeiros Derivativos (ativo)	-	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-	-
Contas a receber	60.780	74.501	59.186	48.017
Estoques	1.439	1.033	1.241	1.168
Tributos a recuperar	58.589	47.229	46.920	44.511
Adiantamentos a fornecedores	2.032	3.770	8.126	8.248
Custos antecipados	4.281	2.406	2.802	1.343
Dividendos a receber de controladas	-	-	-	-
Outras contas a receber	4.835	5.200	5.103	4.868
Total do ativo circulante	228.517	231.880	238.083	180.593
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Tributos a recuperar LP	12.058	11.923	11.923	11.923
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)	49.681	50.615	50.964	50.817
Depósitos judiciais	11.223	8.902	4.786	4.838
Custos antecipados LP	5.148	5.215	1.017	809
Partes relacionadas (ativo)	8.248	8.408	8.403	8.403
Total do realizável a longo prazo	86.358	85.062	77.092	76.790
Imobilizado	7.950	7.334	6.566	6.619
Bens de direito de uso	11.373	10.610	9.859	9.108
Intangível:	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	6.636	58.479	58.479	58.479
Outros intangíveis	58.480	6.688	6.184	6.046
Total do ativo não circulante	170.797	168.174	158.180	157.041
TOTAL DO ATIVO	399.314	400.054	396.263	337.634
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	92.478	105.311	72.120	60.421
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.594	51.501	50.202	38.953
Passivo de arrendamento	3.093	3.368	2.752	2.566
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.492	4.297	5.298	2.630
Salários, provisões e encargos sociais	2.387	2.143	1.960	2.375
Impostos e contribuições a recolher	13.202	8.765	9.443	12.232
Adiantamentos de clientes	26.175	17.972	49.720	19.215
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Outras obrigações	746,0	1.551	1.340	359
Total do passivo circulante	166.167	194.907	192.835	138.751
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures LP	27.597	-	-	-
Passivo de arrendamento LP	10.240	9.540	9.000	8.441
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.519	38.840	65.602	65.955
Provisão para perdas em investimentos em controladas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	580	634	536	584
Impostos e contribuições a recolher LP	23.976	23.963	24.072	19.745
Partes relacionadas LP	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	100.912	72.976	99.209	94.725
Total do passivo	267.079	267.883	292.044	233.475
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reservas de capital	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	136	118	114	109
Lucro (Prejuízo) acumulado	(196.293)	(215.847)	(220.367)	(236.682)
Outros resultados abrangentes	91.342	110.996	89.662	106.249
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	128.542	128.625	102.766	103.033
Participação dos acionistas não controladores	3.693	3.546	1.452	1.126
Total do patrimônio líquido	132.235	132.171	104.219	104.159
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	399.314	400.054	396.264	337.634

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(R\$ mil)

Demonstração do Resultado	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37.515	22.952	54.398	33.016	70.399	165.654	180.765
CUSTO DOS SERV.PREST.E PROD.VENDIDOS	(17.457)	(18.950)	(41.234)	(20.466)	(50.789)	(144.567)	(131.439)
LUCRO BRUTO	20.058	4.002	13.164	12.550	19.610	21.087	49.326
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Vendas	(776)	(264)	(605)	(525)	(1.017)	(2.014)	(2.411)
Gerais e administrativas	(15.840)	(8.744)	(13.452)	(13.335)	(11.868)	(41.689)	(47.400)
Remuneração dos administradores	(1.018)	(765)	(798)	(634)	(857)	(4.325)	(3.054)
Outros resultados com investimentos	3.372	876	-	-	-	20.748	876
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	3.093	(19.278)	(3.365)	-	(19.550)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.796	(4.895)	1.402	(21.223)	2.503	(6.193)	(22.213)
RESULTADO FINANCEIRO							
Despesas financeiras	(14.291)	(9.986)	(19.472)	(11.270)	623	(25.936)	(40.105)
Receitas financeiras	27.126	2.574	19.565	8.568	154	37.770	30.861
Variação cambial e monetária, líquida	(19.938)	2.579	(4.307)	(234)	(18.188)	(43.017)	(20.150)
RESULTADO ANTES DE IRRF E CSLL	(1.307)	(9.728)	(2.813)	(24.159)	(14.907)	(37.376)	(51.607)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes	(1.423)	60	(32)	(2.829)	(1.085)	(10.560)	(3.885)
Diferidos	204	(2.225)	2.739	1.048	(434)	2.324	1.128
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.526)	(11.893)	(105)	(25.939)	(16.427)	(45.612)	(54.364)

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

(R\$ mil)

R\$ Mil	2024	2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(68.241)	(54.365)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	-	-
Depreciação e amortização	5.559	6.787
Perda por redução ao valor recuperável do ágio	22.453	-
Ganhos com investimentos	1.066	1.038
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros	(11.913)	12.921
Custo residual de ativo imobilizado baixado	10	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.324)	(1.741)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais	24.154	(3.921)
Pagamentos baseados em ações	-	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(8.456)	31.624
Constituição de créditos de liquidação duvidosa	288	(562)
Efeito de economias hiperinflacionárias	20.462	17.652
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	22.765	(8.065)
Estoques	575	163
Deposito bancário em garantia	-	11.004
Impostos e contribuições a recolher	(7.186)	(5.481)
Adiantamento a fornecedores	2.110	21
Outras contas a receber	5.218	6.240
Depósitos judiciais	(659)	6.349
Custos antecipados	22.238	(6.590)
Fornecedores	(73.384)	(10.047)
Impostos e contribuições a recolher	8.473	19
Salários, provisões e encargos sociais	(2.200)	(5.170)
Adiantamentos de clientes	(5.071)	(8.196)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.756)	-
Outras obrigações e contas a pagar	(1.065)	(309)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	(994)
Pagamento de passivos de arrendamento - juros	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(49.884)	(11.614)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.225)	(2.039)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.225)	(2.039)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	5.701	15
Pagamentos de dividendos	(240)	(355)
Contratação de empréstimos, financiamentos	60.000	54.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos	(43.744)	(80.649)
Pagamento de debêntures - principal	(1.467)	(5.730)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	(4.676)	(4.521)
Resultado bruto com operações de SWAP		1.622
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	15.574	(35.618)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(441)	5.282
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	2.689	3.516
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(34.287)	(40.473)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	146.200	111.913
Saldo final	111.913	71.440
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(34.287)	(40.473)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.972	42.767	71.440	111.913
Aplicações financeiras		999	2.037	999	2.037
Contas a receber	8	23.526	11.549	48.017	42.702
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.b)	-	11.913	-	11.913
Estoques		297	-	1.168	1.377
Tributos a recuperar	9	30.097	44.247	44.511	57.387
Adiantamentos a fornecedores	10	2.440	921	8.248	3.086
Custos antecipados	11	892	3.056	1.343	3.474
Outras contas a receber		4.571	4.749	4.868	4.975
Total do ativo circulante		87.794	121.239	180.594	238.864
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	47.257	47.241	50.817	49.779
Tributos a recuperar	9	11.923	12.058	11.923	12.058
Depósitos judiciais	20.3)	4.082	10.289	4.838	11.424
Custos antecipados	11	809	5.193	809	5.193
Partes relacionadas	12.1)	27.488	24.402	8.403	8.418
Total do realizável a longo prazo		91.559	99.183	76.790	86.872
Investimentos	13.a)	114.711	132.439	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	58.480	58.480	-	-
Imobilizado	14.a)	1.797	2.264	6.619	7.828
Bens de direito de uso	14.d)	9.108	11.403	9.108	11.403
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	58.480	58.480
Outros intangíveis	14.c)	3.108	4.143	6.046	7.024
Total do ativo não circulante		278.763	307.912	157.043	171.607
TOTAL DO ATIVO		366.557	429.151	337.637	410.471

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	18.471	29.104	60.421	73.899
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	38.953	76.057	38.953	76.057
Passivo de arrendamento	17	2.566	2.750	2.566	2.750
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.b)	2.630	-	2.630	-
Salários, provisões e encargos sociais		1.239	1.124	2.375	2.606
Impostos e contribuições a recolher	18	5.325	4.585	12.232	19.987
Adiantamentos de clientes	19	19.211	20.906	19.215	24.385
Outras obrigações		341	565	362	673
Total do passivo circulante		88.736	135.091	138.754	200.357
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	17	8.441	10.382	8.441	10.382
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	45.425	26.305	65.955	37.735
Provisão para perdas em investimentos em controladas	13.a)	10.408	17.135	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	584	584
Impostos e contribuições a recolher	18	19.360	23.714	19.745	24.058
Partes relacionadas	12.1)	91.155	82.784	-	-
Total do passivo não circulante		174.789	160.320	94.725	72.759
Total do passivo		263.525	295.411	233.479	273.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	14.b)	109	136	109	136
Lucro (Prejuízo) acumulado		(236.683)	(184.491)	(236.683)	(184.491)
Outros resultados abrangentes		106.249	84.738	106.249	84.738
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		103.032	133.740	103.032	133.740
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.126	3.615
Total do patrimônio líquido		103.032	133.740	104.158	137.355
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		366.557	429.151	337.637	410.471

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	22	63.405	62.891	180.765	165.654
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	23.b)	(43.845)	(77.169)	(131.439)	(144.567)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		19.560	(14.278)	49.326	21.087
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	23.a)	(16)	(255)	(2.411)	(2.014)
Gerais e administrativas	23.a)	(26.548)	(26.904)	(47.400)	(41.689)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23.a)	(1.535)	(2.628)	(3.055)	(4.325)
Equivalência patrimonial	13.a)	(28.950)	7.122	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	26	(21.555)	(12.910)	(18.675)	(1.881)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(59.044)	(49.853)	(22.215)	(28.822)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(28.074)	(22.779)	(27.178)	(25.936)
Receitas financeiras	25	27.882	28.264	17.934	37.770
Variação cambial e monetária, líquida	25	7.001	(25.111)	(20.150)	(43.017)
		6.809	(19.626)	(29.394)	(31.183)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(52.235)	(69.479)	(51.609)	(60.005)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	27	-	-	(3.885)	(10.560)
Diferido	27	16	14	1.129	2.324
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(52.219)	(69.465)	(54.365)	(68.241)
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(52.219)	(69.465)
Acionistas não controladores				(2.146)	1.224
				(54.365)	(68.241)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	32			(7,7462)	(10,3045)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:

Variação cambial na conversão de operações no exterior

Total do resultado abrangente do período

Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
(52.219)	(69.465)	(54.365)	(68.241)
21.511	26.170	21.166	25.523
<u>(30.708)</u>	<u>(43.295)</u>	<u>(33.199)</u>	<u>(42.718)</u>
		(30.708)	(43.295)
		(2.491)	577
		<u>(33.199)</u>	<u>(42.718)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
				Reserva de retenção de lucros (prejuízos) acumulados	Prejuízo do período				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	243.022	(9.665)	154	(115.044)	-	58.568	177.035	3.278	180.313
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(18)	18	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(240)	(240)
(Prejuízo) lucro do período	-	-	-	-	(69.465)	-	(69.465)	1.224	(68.241)
Outros resultados abrangentes -									
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	26.170	26.170	(647)	25.523
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	(69.465)	26.170	(43.295)	577	(42.718)
Destinação do resultado do exercício:									
Prejuízos acumulados	-	-	-	(69.465)	69.465	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	243.022	(9.665)	136	(184.491)	-	84.738	133.740	3.615	137.355
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	243.022	(9.665)	136	(184.491)	-	84.738	133.740	3.615	137.355
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(27)	27	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	(52.219)	-	(52.219)	(2.145)	(54.364)
Outros resultados abrangentes -									
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	21.511	21.511	(345)	21.166
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	(52.219)	21.511	(30.708)	(2.490)	(33.198)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	243.022	(9.665)	109	(184.464)	(52.219)	106.249	103.032	1.125	104.157

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(52.219)	(69.465)	(54.365)	(68.241)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	28.950	(7.122)	-	-
Depreciação e amortização	14	4.634	4.219	6.787	5.559
Perda por redução ao valor recuperável do ágio		-	22.453	-	22.453
Ganho (perda) com investimentos		1.038	1.066	1.038	1.066
Perda (ganho) com valor justo de instrumentos financeiros	16.b)	12.921	(11.913)	12.921	(11.913)
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	14	9	(7)	9	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16)	(14)	(1.741)	(2.324)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		(2.815)	34.519	(3.921)	24.154
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4)	22.703	2.547	31.624	(8.456)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	262	-	(562)	288
Efeito de economias hiperinflacionárias	25	-	-	17.652	20.462
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(12.239)	21.824	(8.065)	22.765
Estoques		(297)	168	163	575
Impostos a recuperar		14.286	(1.920)	11.004	(7.186)
Adiantamentos a fornecedores		(1.519)	(294)	(5.481)	2.110
Outras contas a receber		178	5.342	21	5.218
Depósitos judiciais		5.819	(1.039)	6.240	(659)
Custos antecipados		6.548	22.161	6.349	22.238
Fornecedores		(10.438)	(58.802)	(6.590)	(73.384)
Impostos e contribuições a recolher		(2.867)	(1.900)	(10.047)	8.473
Salários, provisões e encargos sociais		115	(2.899)	19	(2.200)
Adiantamentos de clientes		(1.695)	(8.037)	(5.170)	(5.071)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4)	(7.164)	(4.119)	(8.196)	(4.756)
Partes Relacionadas		1.141	(132.075)	-	-
Outras obrigações		(227)	(574)	(308)	(1.065)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(747)	-	(994)	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais		6.361	(185.881)	(11.613)	(49.884)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Recebimento de dividendos de controladas	13	2.421	(39.177)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(125)	(503)	(2.040)	(2.225)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos		2.296	(39.680)	(2.040)	(2.225)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Partes relacionadas		8.853	177.155	15	5.701
Pagamentos de dividendos		-	-	(355)	(240)
Contratação de empréstimos e financiamentos	16	54.000	60.000	54.000	60.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	16	(80.649)	(43.744)	(80.649)	(43.744)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	16	(5.730)	(1.467)	(5.730)	(1.467)
Resultado bruto com operações de SWAP	16.b)	1.622	-	1.622	-
Pagamento de passivos de arrendamento	17	(4.521)	(4.619)	(4.521)	(4.676)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos		(26.425)	187.325	(35.618)	15.574
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(27)	67	5.282	(441)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		-	-	3.516	2.689
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.795)	(38.169)	(40.473)	(34.287)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período		42.767	80.936	111.913	146.200
No final do período		24.972	42.767	71.440	111.913
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(17.795)	(38.169)	(40.473)	(34.287)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITAS				
De serviços e produtos	71.552	66.549	197.748	175.674
Reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(288)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(39.428)	(61.186)	(118.962)	(108.399)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.268)	(24.562)	(50.961)	(38.600)
Recuperação (perda) de valores ativos	24	(22.390)	(24)	(22.624)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	(7.120)	(41.589)	27.801	5.763
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.418)	(4.219)	(6.725)	(5.559)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(11.538)	(45.808)	21.076	204
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	23.856	63.076	51.454	75.328
Receitas financeiras	52.806	42.172	42.197	62.432
Resultado de equivalência patrimonial	(28.950)	7.122	-	-
Outras receitas (despesas)	-	13.782	9.257	12.896
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	12.318	17.268	72.530	75.532
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	6.179	15.684	12.194	25.235
Remuneração direta	4.729	3.903	10.350	11.411
Benefícios	994	11.376	1.341	13.293
FGTS	456	405	503	531
Impostos, taxas e contribuições	12.041	9.037	24.898	24.324
Federais	7.639	7.365	15.781	17.463
Estaduais	2.333	-	4.852	4.321
Municipais	2.069	1.672	4.265	2.540
Remuneração de capitais de terceiros	46.317	62.012	89.803	94.214
Juros, variação cambial negativa e monetária	45.880	61.557	89.162	93.372
Aluguéis	437	455	641	842
Remuneração de capital próprio	(52.219)	(69.465)	(54.365)	(68.241)
Lucro (prejuízo) do período	(52.219)	(69.465)	(52.219)	(69.465)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.146)	1.224
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	12.318	17.268	72.530	75.532

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS**a) Contexto operacional**

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso. O planejamento contempla a realização de shows e eventos já contratados ou em fase final de negociação, distribuídos ao longo dos próximos anos. Tais eventos abrangem diferentes praças e públicos, diversificando as fontes de receita e reduzindo a dependência de um único mercado.

Nesse sentido a Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e concluiu que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, conseqüentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesta premissa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 17 de março de 2026.

b) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)

O Perse foi instituído pela Lei 14.148/2021 para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. Entre os benefícios previstos, ficaram reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos da mencionada lei, as alíquotas de Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos de acordo com determinadas atividades econômicas.

Diante disso, a Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, aderiu a tais benefícios da Lei com efeitos nas linhas de receita líquida e IRPJ e CSLL.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

A Companhia usufruiu dos benefícios fiscais previstos no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) que concedia alíquota zero (0%) de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para determinadas atividades do setor de eventos. Em decorrência de alterações legislativas, o referido benefício foi encerrado em março de 2025. A partir dessa data, as receitas da Companhia voltaram a ser tributadas pelas alíquotas regulares aplicáveis, sendo IRPJ 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder o limite legal, CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6%, conforme o regime não cumulativo aplicável à Companhia.

Em 22 de maio de 2024 foi promulgada a Lei n. 14.859/2024, que alterou a Lei n. 14.148/2021 e estabeleceu mudanças e limites ao benefício fiscal do Perse. De acordo com a nova lei, o Perse resta mantido até dezembro de 2026, desde que não seja atingido o teto de gastos de R\$15 bilhões antes dessa data, entre outras condições para o usufruto do benefício. Pela nova lei as atividades econômicas da Companhia e de suas controladas ainda estão abrangidas pelo Perse, no entanto, para o primeiro trimestre de 2025, apenas as controladas no Brasil permaneciam no programa. Em março de 2025, a Receita Federal anunciou o encerramento do PERSE a partir de abril de 2025. Em decorrência disso, os tributos federais anteriormente sujeitos à alíquota zero PIS, COFINS, IRPJ e CSLL passaram a ser exigidos nas alíquotas vigentes.

O Ato Declaratório Executivo (ADE) RFB nº 2, publicado em 24/03/2025, oficializou o encerramento dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). A Receita Federal confirmou que o teto de R\$ 15 bilhões foi atingido em março de 2025, extinguindo a alíquota zero de PIS/COFINS a partir de abril de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

d) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

Não houve novas normas ou pronunciamento, interpretação ou orientação, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 que tivesse impactos significativos para a Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

d) Aquisições de controladas - ágio

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**d) Redução do valor recuperável do ágio**

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas anualmente a testes de perda do valor recuperável, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável ao menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**g) Provisões**

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

g.i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Adiantamentos de clientes

Compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que as obrigações de performance sejam cumpridas.

i) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

j) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, em razão do PERSE, no período de 60 meses, contados do efeito da lei, tem as alíquotas do IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos reduzidas a zero até 31 de março de 2025 durante o período de vigência do benefício federal.

k) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

l) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
Os itens monetários ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento dos balanços.
Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**m) Apresentação de relatórios por segmento**

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

n) Instrumentos financeiros**Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

o) Consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

p) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

p.i) Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

p.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**p.iii) Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação (legal ou não formalizada) presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, podendo ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são revistas periodicamente e ajustadas para refletir as melhores estimativas atuais, sendo revertidas quando não mais se espera uma saída de recursos.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 18). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente com suporte de seus assessores jurídicos internos e externos o risco atribuído a contratação de pessoas jurídicas e constituir provisão baseada no valor estimado da condenação, incluindo as verbas de vínculo empregatício, salários, encargos sociais e seus reflexos em férias, 13º, horas extras e benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como honorários sucumbenciais, atualizações monetárias quando aplicável.

A Companhia mantém políticas internas e procedimentos de compliance trabalhista destinados a mitigar riscos relacionados à contratação de pessoas jurídicas, incluindo revisão periódica de contratos, orientações às áreas operacionais e monitoramento de decisões judiciais relevantes.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras Relacionadas à sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG). A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CBPS nº01: Divulgação de Informações financeiras Relacionadas à sustentabilidade.				
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Em abril de 2025, foram realizadas reestruturações societárias envolvendo as controladas da T4F Entretenimento S.A. na Argentina e Chile sendo: (i) Ticketek Argentina S.A.; (ii) Clemente Lococo; (iii) Promaser S.A.; (iv) T4F Entretenimientos Argentina S.A.; (v) T4F Inversiones S.A e B.A. Inversiones S.A.; e (vi) Ticket Co. SpA

A reestruturação teve como principal objetivo a simplificação da estrutura societária das operações na Argentina e Chile, dessa forma gerando eficiência administrativa sem impacto nas atividades comerciais ou operacionais das companhias.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2025	2024		2025	2024
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	-	100,00
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	-	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	-	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	-	100,00
Ticket Co. SpA	-	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	1,71
Promaser S.A.	100,00	-			
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	98,29			
Ticketek Argentina S.A.	100,00	-			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			
T4F Imobiliária S.A.U (i)	100,00	100,00			
T4F Holdings S.A.U ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00			

Em 19 de dezembro de 2024 foram constituídas duas novas empresas argentinas no Grupo, a T4F Imobiliária S.A.U e a T4F Holdings S.A.U cujo os objetivos são exploração de salas destinadas à realização de espetáculos públicos e o investimento de capital em sociedades já constituídas ou a constituir, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas em 31 dezembro de 2025 e de 2024:

Controladas:	2025			2024		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	406	3.453	-	436	3.074	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	56.125	18.223	43.159	33.904	1.740	947
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.992	1.124	411	5.030	2.549	5.172
Ticketek Argentina SA	47.537	40.762	39.805	-	-	-
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	-	-	-	112.201	41.419	44.798
T4F USA Inc.	5.599	19	-	6.050	21	-
Ticket Co. SpA	-	-	-	14.647	4.092	462
Promaser S.A.	30.474	23.124	379	-	-	-
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	3.394	15.661	-	8.433	16.768	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	-	-	51	1.378	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	-	-	9.516	17.685	10.468
IT.ART Tecnologia Ltda.	27.876	12.794	15.584	36.540	19.160	14.271
T4F Holdings S.A.U	56.661	11.703	-	-	-	-
T4F Imobiliária S.A.U	2.880	652	488	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- Ticketek Argentina SA. - localizada na Argentina, tem por objetivo a promoção, produção, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Promaser - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A ("INTI") - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.
- T4F Imobiliária S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal a exploração de salas destinadas à realização de espetáculos públicos.
- T4F Holdings S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal o investimento de capital em sociedades já constituídas ou a constituir, atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Chile S.A. (100%) e Tickets For Fun Chile S.A. (100%)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	492	757	7.450	10.710
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa ⁽ⁱ⁾	-	-	11.707	42.557
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	20.440	31.284	33.011	42.760
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱ⁾	4.040	10.726	19.272	15.886
Total	24.972	42.767	71.440	111.913

(i) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras diversificadas.

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 1.800 dias, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 97% a 100% da variação do CDI (97% a 104,5% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes faturados	2.692	3.523	6.425	10.902
Bilheteria ⁽ⁱ⁾	21.096	8.026	44.492	35.086
Patrocínios a faturar	-	-	-	176
Total das contas a receber	23.788	11.549	50.917	46.164
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(262)	-	(2.900)	(3.462)
Total	23.526	11.549	48.017	42.702

(i) A rubrica bilheteria corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas pelas vendas de ingressos. A variação decorre da abertura de vendas de eventos a serem realizados, sendo eles próprios e de terceiros, conforme amplamente divulgado nos canais oficiais da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer:	23.043	10.524	47.453	38.589
Vencidas:				
Até 30 dias	-	243	52	3.888
De 31 a 60 dias	-	106	6	113
De 61 a 90 dias	-	147	18	340
De 91 a 180 dias	-	348	37	702
Há mais de 180 dias	745	181	3.351	2.532
Total das contas a receber	23.788	11.549	50.917	46.164

c) Perda esperada com créditos para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldos inicial	3.462	2.842
(+) Adições	932	288
(-) Reversões e baixas ⁽ⁱ⁾	(1.211)	-
Variação cambial e monetária	(283)	332
Saldos final	2.900	3.462

(i) Ocorreu uma baixa efetiva de perdas esperadas com créditos em controlada.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ/CSLL - antecipações	2.928	-	6.947	1.470
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.373	13.503	5.401	15.520
Programa de Integração Social - PIS	2.065	3.410	2.477	3.549
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽ⁱ⁾	12.134	18.397	13.856	19.028
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.007	6.475
Imposto sobre faturamento	-	-	2.255	1.116
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	20.520	20.995	21.490	22.287
Total	42.020	56.305	56.433	69.445
Circulante	30.097	44.247	44.511	57.387
Não Circulante	11.923	12.058	11.923	12.058

(i) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte sobre pagamento de cachês sobre eventos cancelados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	1.381	809	7.400	2.963
Serviços profissionais	758	-	758	-
Outros	301	112	90	123
Total	2.440	921	8.248	3.086

(i) A Companhia realizou antecipações financeiras a determinados clientes com o objetivo de viabilizar operações comerciais futuras, tais antecipações estão garantidas através de contratos de exclusividade de intermediação de venda de tickets na plataforma digital da companhia, bem como possuem amparo financeiro através de apólices de seguro.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Eventos, shows e espetáculos contratados	-	754	451	825
Seguros a apropriar	1.701	7.323	1.701	7.323
Outros	-	172	-	519
Total	1.701	8.249	2.152	8.667
Circulante	892	3.056	1.343	3.474
Não Circulante	809	5.193	809	5.193

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações financeiras com partes relacionadas. Estas transações incluem a concessão e obtenção de financiamentos, entre outras operações econômicas.

De acordo com as regulamentações fiscais brasileiras, em especial a Lei nº 14.596/2023, a Companhia é requerida a estabelecer e documentar essas transações com base no princípio do "arm's length", assegurando que os preços e termos acordados sejam consistentes com aqueles que prevaleceriam entre partes independentes em transações similares.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia manteve transações financeiras com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	2025			2024		
		Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita	Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	-	-	-	50	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. ⁽ⁱ⁾	Acionista	8.366	-	-	8.366	-	2.903
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. ^(v)	Controlada	-	29.494	-	-	30.944	673
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	-	-	106	-	(148)
T4F Chile S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	Controlada indireta	1.300	30.377	(3.679)	-	45.972	(11.679)
Promaser S.A.	Controlada	331	11.016	71	331	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ^(vi)	Controlada	-	-	-	723	-	1.121
T4F Inversiones S.A. ^(vi)	Controlada	-	-	-	4.264	-	259
Ticketek Argentina SA. ^(vi)	Controlada	2.295	12.493	987	-	-	-
T4F USA Inc. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Controlada	-	5.438	(404)	-	5.868	(1.505)
T4F Entretenimientos Peru S.A.C. ^(iv)	Controlada	10.762	1.357	772	10.168	-	2.722
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	646	662	(703)	394	-	342
T4F Imobiliária S.A.U	Controlada	-	159	(19)	-	-	-
T4F Holdings S.A.U	Controlada	3.788	159	(19)	-	-	-
Total		27.488	91.155	(2.994)	24.402	82.784	(5.312)
Circulante		-	-	-	-	-	673
Não Circulante		27.488	91.155	(2.994)	24.402	82.784	(5.985)

Consolidado:	Categoria	2025		2024	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. ⁽ⁱ⁾	Acionista	8.403	-	8.418	2.903
Total		8.403	-	8.418	2.903

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus acionistas minoritários CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000 (R\$ 14.320). Após amortizações de US\$ 1.000 (R\$ 1.979) em maio de 2012 e de US\$ 1.500 (R\$ 3.044) em outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$ 5.500 (R\$ 9.297). O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e por juros de 1%. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 30.263 (R\$ 47.435 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui outros valores a receber referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 236, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 1.300 (R\$ 1.463 em 31 de dezembro de 2024).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700. Após amortizações de US\$ 40 em agosto de 2017 e de US\$ 15 em maio de 2022, o valor do montante passou a ser US\$ 645. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2%. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 5.233 (R\$ 5.637 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 37, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 205 (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550. Em 31 de dezembro de 2025 os montantes atualizados convertidos para reais é de R\$ 10.763 (R\$ 11.535 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a acordos firmados entre as partes no montante de S/. 829 (soles), convertidos para reais em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 1.357 (R\$ 1.367 em 31 de dezembro de 2024).

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu da controladora para custos de operação.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500. Após amortizações de US\$ 76 em abril de 2019 e de US\$ 331 em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2,4%. No segundo trimestre de 2025, houve reorganização societária nas controladas diretas e indiretas e dessa forma os saldos e parte do mútuo foi transferido para a controlada Ticketek Argentina S.A e T4F Holdings S.A.U. O saldo remanescente do contrato na controlada Ticketek Argentina SA em 31 de dezembro de 2025 é de US\$ 364 convertidos para reais no valor de R\$ 2.295 (R\$ 2.253 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 247, convertidos para reais em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 1.359 (R\$ 1.529 em 31 de dezembro de 2024).

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2025			2024		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Remuneração						
Conselho de Administração	882	-	882	1.008	-	1.008
Conselho Fiscal	68	-	68	84	-	84
Diretores estatutários	585	-	585	1.336	200	1.536
Total	1.535	-	1.535	2.428	200	2.628

Consolidado	2025			2024		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Remuneração						
Conselho de Administração	882	-	882	1.008	-	1.008
Conselho Fiscal	121	304	425	137	-	137
Diretores estatutários	1.698	354	2.052	2.913	267	3.180
Total	2.701	658	3.359	4.058	267	4.325

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de administração.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2025

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(3.047)	(409)	99,99	(409)	(3.047)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	37.902	6.702	99,99	6.702	-	37.902
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	869	809	99,99	809	-	869
IT.ART Tecnologia Ltda.	15.082	(1.412)	60,00	(847)	-	9.049
Ticketek Argentina SA.	6.775	2.586	98,29	3.740	-	6.775
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	(76)	100,00	(76)	-	-
Promaser S.A.	7.351	(1.740)	100,00	(1.741)	-	7.351
T4F USA Inc.	5.580	221	100,00	221	-	5.580
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(12.268)	(3.953)	60,00	(2.372)	(7.361)	-
T4F Holdings S.A.U	44.957	(28.828)	100,00	(34.959)	-	44.957
T4F Inmobiliaria S.A.U	2.228	(18)	100,00	(18)	-	2.228
Total				(28.950)	(10.408)	114.711

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

a.2) 31 de dezembro de 2024

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(2.638)	(277)	99,99	(277)	(2.638)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	32.164	1.013	99,99	1.013	-	32.164
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(8.169)	4.005	98,29	4.005	(8.169)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.481	2.421	99,99	2.421	-	2.481
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	70.782	(2.940)	100,00	(2.940)	-	70.782
T4F USA Inc.	6.029	248	100,00	248	-	6.029
Ticket Co. SpA.	10.555	989	100,00	989	-	10.555
T4F Entretenimientos Peru S.A.C	(8.335)	(676)	60,00	(406)	(5.001)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.327)	(173)	100,00	(173)	(1.327)	-
IT.ART Tecnología Ltda.	17.380	3.736	60,00	2.242	-	10.428
Total				7.122	(17.135)	132.439

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	Controladora 2025	Controladora 2024
Saldo inicial do investimento líquido	115.304	135.735
Equivalência patrimonial	(28.950)	7.122
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	21.511	26.170
Dividendos a receber de controladas	(3.918)	(7.273)
Dividendos retidos de controlada	-	(46.450)
Aquisição de investimento ⁽ⁱ⁾	356	-
Saldo final do investimento líquido	104.303	115.304
Provisão para perdas em investimentos em controladas	10.408	17.135
Saldo final do investimento	114.711	132.439

(i) Constituição das empresas argentinas T4F Inmobiliaria S.A.U e a T4F Holdings S.A.U (nota explicativa nº 6).

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A. ⁽ⁱ⁾	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável.	(48.470)	(48.470)	(48.470)	(48.470)
IT.ART Tecnología Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	58.480	58.480	58.480	58.480

(i) Em abril de 2025, foram realizadas reestruturações societárias envolvendo as controladas da T4F Entretenimento S.A., vide nota explicativa 6.

O valor recuperável de uma UGC (unidade geradora de caixa) é determinado com base em cálculos do valor em uso, em função das projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, embasados em orçamentos operacionais aprovados pela administração para um período de cinco anos, além de expectativas de mercado disponibilizadas por fontes públicas reconhecidas e consideradas confiáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

14. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Imobilizado

i) Composição do imobilizado

Custo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos	-	-	2.477	2.988
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	24.678	24.678	55.064	63.116
Móveis e utensílios	1.977	2.115	2.217	3.619
Máquinas e equipamentos	4.449	4.449	4.934	5.385
Equipamentos de processamento de dados	2.786	2.809	6.202	8.904
Estruturas	152	152	152	152
Veículos	442	442	442	442
Total	34.484	34.645	71.488	84.606

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Taxa média anual de depreciação e amortização - %					
Depreciação acumulada					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(23.940)	(23.750)	(52.620)	(60.332)
Móveis e utensílios	10	(1.754)	(1.843)	(1.981)	(3.343)
Máquinas e equipamentos	9	(3.852)	(3.729)	(6.024)	(4.539)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.547)	(2.465)	(3.651)	(7.970)
Estruturas	23	(152)	(152)	(152)	(152)
Veículos	20	(442)	(442)	(442)	(442)
Total		(32.687)	(32.381)	(64.870)	(76.778)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado líquido				
Terrenos	-	-	2.477	2.988
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	738	928	2.444	2.784
Móveis e utensílios	223	272	237	276
Máquinas e equipamentos	597	720	(1.090)	846
Equipamentos de processamento de dados	239	344	2.551	934
Total	1.797	2.264	6.619	7.828

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	2.264	2.431	7.828	5.185
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	207	207	207
Móveis e utensílios	-	20	14	21
Máquinas e equipamentos	-	90	-	129
Equipamentos de processamento de dados	6	-	323	380
Total de adições	6	317	544	737
Baixas líquidas	(9)	-	(9)	(17)
Depreciação	(464)	(484)	(1.485)	(693)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(259)	2.616
Total	(473)	(484)	(1.753)	1.906
Saldo final	1.797	2.264	6.619	7.828

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

	2025		2024	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Controladora e consolidado:				
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	240	(238)	2	3
Máquinas e equipamentos	627	(475)	152	180
Equipamentos de processamento de dados	85	(74)	11	23
Equipamentos Aurolights - incorporação	58	(58)	-	-
	9.049	(8.884)	165	206
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(57)	(70)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			109	136

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

c) Outros intangíveis

i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Custo					
Marcas, direitos e patentes		1.640	1.640	5.268	4.520
Software		11.054	10.814	18.801	18.957
Outros intangíveis		5.101	5.101	5.182	5.151
Intangível em andamento		-	161	-	161
Amortização					
Marcas, direitos e patentes	Indefinida	-	-	(3.544)	(2.865)
Software	20	(9.667)	(8.586)	(14.582)	(13.913)
Outros intangíveis	11	(5.020)	(4.987)	(5.079)	(4.987)
Total		3.108	4.143	6.046	7.024

ii) Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	4.143	4.810	7.024	6.913
Adições:				
Marcas, direitos e patentes	-	-	66	-
Software	279	25	1.591	1.327
Intangível em andamento	(161)	161	(161)	161
Total de adições	118	186	1.496	1.488
Amortização⁽ⁱ⁾	(1.153)	(853)	(2.285)	(1.611)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(189)	234
	(1.153)	(853)	(2.474)	(1.377)
Saldo final	3.108	4.143	6.046	7.024

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Custo		18.862	18.141	18.862	18.549
Amortização	21	(9.754)	(6.738)	(9.754)	(7.146)
Total⁽ⁱ⁾		9.108	11.403	9.108	11.403

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ii) Movimentação dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	11.403	14.283	11.403	14.332
Adições ⁽ⁱ⁾	-	71	-	71
Remensuração ⁽ⁱⁱ⁾	722	-	722	-
Amortização	(3.017)	(2.882)	(3.017)	(2.931)
Baixas líquidas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(69)	-	(69)
Saldo final	9.108	11.403	9.108	11.403

(i) Refere-se substancialmente a atualização do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo.

(ii) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis.

(iii) Refere-se a cancelamento do contrato anterior da locação da casa de espetáculo de São Paulo.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais ⁽ⁱ⁾	2.323	4.664	25.406	32.866
Fornecedores estrangeiros	-	2.766	286	3.089
Obrigações com clientes ⁽ⁱⁱ⁾	3.759	5.776	13.340	21.658
Provisões de Custos e Despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	12.389	15.898	21.389	16.286
Total	18.471	29.104	60.421	73.899

(i) Os fornecedores referem-se a obrigações da Companhia com prestadores de serviços e parceiros comerciais que decorrem do curso normal das atividades da Companhia.

(ii) Contemplam valores de vendas de ingressos de terceiros que serão repassados a produtores dos eventos baseados em contrato entre as partes.

(iii) Provisões referentes a serviços já contratados, bem como provisões baseadas em remuneração variável de artistas, calculadas de acordo com o desempenho financeiro do evento.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Empréstimo em moeda estrangeira	7,48%	38.953	76.057	38.953	76.057
Total do passivo circulante		38.953	76.057	38.953	76.057
Parcela do passivo circulante		38.953	76.057	38.953	76.057

Os vencimentos das parcelas dos empréstimos ocorrerão em 2025 e em 2026.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	76.057	39.368	76.057	39.368
Adições	54.000	60.000	54.000	60.000
Pagamentos de principal	(80.649)	(43.744)	(80.649)	(43.744)
Pagamentos Juros	(5.730)	(1.467)	(5.730)	(1.467)
Apropriação Juros	2.510	4.454	2.510	4.454
Variação cambial líquida	(7.235)	17.446	(7.235)	17.446
Saldo final	38.953	76.057	38.953	76.057

a) Empréstimos em moeda estrangeira

Em 14 de maio de 2024, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$11.789 convertidos para reais totalizando R\$60.000, com vencimento previsto para 272 dias a partir da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 6,528%. Este empréstimo foi quitado em 10/02/2025, na mesma data foi aberto um novo empréstimo no valor US\$ 9.359 convertidos para reais totalizando R\$ 54.000, com taxa fixa de 7,153% a.a., considerando pagamento do principal em 4 parcelas trimestrais, com carência de 6 meses e juros pagos trimestralmente, contados da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 7,9929%.

O saldo passivo com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.630 (Saldo ativo de R\$ 11.913 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia informa que não possui covenants relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em relação a esses financiamentos.

b) Movimentação instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	11.913	(767)	11.913	(767)
Ganhos em operação swap	4.083	23.419	4.083	23.419
Perdas em operação swap	(17.004)	(8.303)	(17.004)	(8.303)
Ganho bruto de Swap na Liquidação	(6.596)	(3.045)	(6.596)	(3.045)
Perda bruto de Swap na Liquidação	4.974	609	4.974	609
Saldo final	(2.630)	11.913	(2.630)	11.913

A Companhia detém operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas para fins de gestão de riscos. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo, determinado por modelos financeiros que utilizam informações observáveis de mercado, como taxas de câmbio e curvas de juros.

De acordo com o CPC 46, esses derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo, por utilizarem dados observáveis, porém não cotados em mercado ativo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo de arrendamento	CDI + 1,63%	11.007	13.132	11.007	13.132
Parcela do passivo circulante		2.566	2.750	2.566	2.750
Parcela do passivo não circulante		8.441	10.382	8.441	10.382

Os vencimentos dos contratos ocorrerão em 2026 e 2029

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	13.132	15.890	13.132	15.944
Juros do período	1.675	1.866	1.676	1.869
Contraprestação paga	(4.521)	(4.619)	(4.521)	(4.676)
Ajuste por remensuração ⁽ⁱ⁾	721	71	720	71
Baixa ⁽ⁱⁱ⁾	-	(76)	-	(76)
Saldo final	11.007	13.132	11.007	13.132

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis.

(ii) Refere-se ao cancelamento do contrato anterior da locação da casa de espetáculo de São Paulo.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de dezembro de 2025:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2026	3.901	3.901
2027	3.452	3.452
2028	3.452	3.452
2029	3.452	3.452
Valores não descontados	14.257	14.257
Juros embutidos	(3.250)	(3.250)
Saldo do passivo de arrendamento	11.007	11.007

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	14.256	11.007
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.319	1.018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS a recolher	151	-	725	203
PIS a recolher	18	-	119	37
Imposto Sobre Serviços - ISS	171	158	288	360
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.755	14.293
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	4.740	2.681	4.745	2.681
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	-	1.464	-	1.499
IVA - imposto de valor agregado	-	-	224	228
ICMS a recolher - faturamento	0	-	7	34
INSS de terceiros a recolher	224	222	268	229
Outros	21	60	1.101	267
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	-	156
Passivo circulante	5.325	4.585	12.232	19.987
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	11.810	15.933	12.195	15.933
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	7.550	7.781	7.550	7.867
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	-	258
Passivo não circulante	19.360	23.714	19.745	24.058

(i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses.

(ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Patrocínios (a.1)	814	800	814	4.258
Eventos privados (a.2)	-	7.338	-	7.359
Vendas antecipadas de ingressos (b)	18.397	12.768	18.401	12.768
Total	19.211	20.906	19.215	24.385

(a) Contratos: patrocínios e eventos privados.

(a.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(a.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(b) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.519	3.224	21.111	10.146
Cíveis	22.841	22.627	26.779	27.124
Tributários ⁽ⁱ⁾	18.065	454	18.065	465
Total	45.425	26.305	65.955	37.735

(i) A variação relevante ocorreu principalmente em razão dos processos relacionados à CIDE-Royalties, que tratam da cobrança do tributo sobre remessas ao exterior referentes a direitos autorais e uso de marcas. No período, a classificação de risco foi alterada de possível para provável, conforme a nova avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, o que resultou no reconhecimento de provisão para esses processos.

(ii) O aumento de valor nos casos trabalhistas na Argentina se deu em função da revisão das ações considerando os pedidos feitos pelos reclamantes e o estágio dos processos nos Tribunais, para o fim de adequar os valores a serem provisionados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**20.1) Processos tributários com probabilidade de perda possível**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$119.781 (R\$177.874 em 31 de dezembro de 2024).

Entre os processos tributários com probabilidade de perda possível que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. Foi dado provimento parcial ao recurso voluntário interposto pela Companhia, sendo mantida a autuação no que toca à glosa de despesas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$6.640 (R\$11.025 em 31 de dezembro de 2024).

b) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$47.168 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$33.118 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. Em agosto de 2024, houve julgamento no CARF que, por maioria de votos, afastou a glosa de ágio, e por unanimidade de votos, afastou a multa qualificada e a responsabilidade dos responsáveis solidários. Em novembro de 2025 a receita federal apresentou o relatório fiscal mantendo apenas as multas isoladas. Aguarda-se o julgamento no CARF dos Embargos de Declaração opostos pela Companhia e outros autuados. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$89.303 (R\$82.457 em 31 de dezembro de 2024). Em março de 2026 o valor residual envolvido e estimado pelos assessores jurídicos, com base no relatório fiscal, apresentado pela receita federal, é de R\$ 15.498.

20.2) Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$3.998 (R\$ 5.249 em 31 de dezembro de 2024).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**20.3) Processos cíveis com probabilidade de perda possível e outras**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$77.893 (R\$22.627 em 31 de dezembro de 2024).

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício supostamente indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004 em comemoração ao aniversário da cidade de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2025 o valor em discussão é de R\$3.567 (R\$3.273 em 31 de dezembro de 2024). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

b) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se a liquidação de sentença para apuração dos valores devidos pela Companhia. Os valores envolvidos ainda em litígio totalizam R\$27.914 (R\$25.494 em 31 de dezembro de 2024), sendo classificado com probabilidade de perda provável no valor de R\$15.918, e com probabilidade de perda possível no importe de R\$11.995, para 31 de dezembro de 2025.

c) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego centenas de eventos de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. O processo está em fase de instrução em primeira instância. O valor estimado em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente R\$15.173 (R\$13.352 em 31 de dezembro de 2024) e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a dissolução parcial de uma de suas controladas e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia requereu, em 1º de abril de 2025, a Instauração de Arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem – CCI, com valor estimado de R\$4.800. A parte requerida formulou pedidos contrapostos, com valores estimados em R\$12.928. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem o pagamento de valores à requerida. O valor atribuído à causa pelas Partes é de R\$17.728 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2025, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 4.082 e R\$ 4.838 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 10.289 e R\$ 11.424 em 31 de dezembro de 2024).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2024	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2025
Trabalhistas	3.224	1.329	(651)	617	4.519
Cíveis	22.627	4.109	(6.486)	2.591	22.841
Tributário	454	17.265	(27)	373	18.065
Total	26.305	22.703	(7.164)	3.581	45.425

Controladora	2023	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2024
Trabalhistas	3.828	(602)	(210)	208	3.224
Cíveis	20.707	342	(1.107)	2.685	22.627
Tributário	436	2.807	(2.802)	13	454
Total	24.971	2.547	(4.119)	2.906	26.305

Consolidado	2024	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2025
Trabalhistas	10.146	10.894	(1.667)	1.112	626	21.111
Cíveis	27.124	3.465	(6.501)	3.036	(345)	26.779
Tributário	465	17.265	(28)	374	(11)	18.065
Total	37.735	31.624	(8.196)	4.522	270	65.955

Consolidado	2023	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2024
Trabalhistas	9.375	1.004	(841)	607	1	10.146
Cíveis	25.730	(479)	(1.113)	2.986	-	27.124
Tributário ⁽ⁱ⁾	12.189	(8.981)	(2.802)	21	38	465
Total	47.294	(8.456)	(4.756)	3.614	39	37.735

(i) No consolidado em 2024, a reversão de provisão para contingências tributárias está relacionada com a prescrição de um processo do Fisco Chileno contra uma das subsidiárias naquele país.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia passou a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.412.629 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Bruta de Serviços	70.248	66.581	198.587	170.662
Receita Bruta de Produtos	1.304	-	1.731	5.157
Total da Receita bruta	71.552	66.581	200.318	175.819
Deduções e impostos incidentes	(8.147)	(3.690)	(19.553)	(10.165)
Receita líquida	63.405	62.891	180.765	165.654

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(8.805)	(7.762)	(16.596)	(16.297)
Serviços de terceiros	(14.333)	(20.837)	(25.530)	(25.428)
Utilidades e facilidades	(4.275)	(433)	(5.380)	(1.781)
Depreciação e amortização	-	-	(1.013)	-
Reversão (constituição) de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(262)	-	(644)	(288)
Outras despesas	(424)	(755)	(3.703)	(4.234)
Total	(28.099)	(29.787)	(52.866)	(48.028)
Vendas	(16)	(255)	(2.411)	(2.014)
Gerais e administrativas	(26.548)	(26.904)	(47.400)	(41.689)
Remuneração dos administradores	(1.535)	(2.628)	(3.055)	(4.325)
Total das despesas por natureza	(28.099)	(29.787)	(52.866)	(48.028)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(13.816)	(23.056)	(29.898)	(23.650)
Transportes e locações	(6.356)	(9.111)	(14.512)	(9.989)
Serviços de terceiros	(5.928)	(18.011)	(41.467)	(34.556)
Viagens e locomoção	(1.030)	(4.269)	(2.101)	(4.446)
Utilidades e facilidades	(1.520)	(2.404)	(1.950)	(2.550)
Mídia e publicidade	(2.784)	(5.144)	(3.546)	(5.357)
Depreciação e amortização	(4.417)	(4.219)	(5.522)	(5.559)
Custos com pessoal	(1.260)	(1.393)	(5.719)	(5.899)
Custos de produção	(6.734)	(18.711)	(26.724)	(61.710)
Recuperação de custo (i)	-	9.149	-	9.149
Total	(43.845)	(77.169)	(131.439)	(144.567)

(i) Recuperação de custos de produção de eventos compartilhados com produtores parceiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e bonificações	(5.823)	(5.958)	(13.572)	(14.980)
Despesa de férias	(476)	(575)	(762)	(784)
Despesa de 13º salário	(339)	(367)	(930)	(909)
Encargos sociais	(1.954)	(2.176)	(4.283)	(3.933)
Constituição/reversão de participação nos resultados - bônus	-	1.830	-	929
Outros benefícios a empregados	(1.473)	(1.909)	(2.768)	(2.519)
Total de despesas com benefícios a empregados	(10.065)	(9.155)	(22.315)	(22.196)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.260)	(1.393)	(5.719)	(5.899)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(8.805)	(7.762)	(16.596)	(16.297)
Total	(10.065)	(9.155)	(22.315)	(22.196)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(3.662)	(8.548)	(1.829)	(9.427)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(117)	(241)	(626)	(3.566)
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(19.516)	(8.303)	(19.516)	(8.303)
Outras	(4.779)	(5.687)	(5.207)	(4.640)
Total	(28.074)	(22.779)	(27.178)	(25.936)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Juros ativos	17.787	-	2.985	7.155
Rendimentos de aplicações financeiras	2.930	3.313	5.609	5.281
Ganhos decorrentes de operação de "swap"	6.596	24.028	6.596	24.028
Outras	569	923	2.744	1.306
Total	27.882	28.264	17.934	37.770

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(12.966)	(36.111)	(22.049)	(33.662)
Ativas	24.496	9.517	26.998	11.974
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(4.957)	(2.908)	(7.929)	(5.657)
Ativas	428	4.391	482	4.790
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(17.300)	(28.360)
Ativas	-	-	(352)	7.898
Total	7.001	(25.111)	(20.150)	(43.017)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(23.550)	1.572	(32.523)	12.392
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	120	-	120
Outras	1.995	7.851	13.849	8.060
Perda por redução ao valor recuperável do intangível (nota explicativa nº 13.b)	-	(22.453)	-	(22.453)
Total	(21.555)	(12.910)	(18.674)	(1.881)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(2.837)	(10.119)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(1.049)	(441)
IRPJ e CSLL diferidos	16	14	1.129	2.324
Total	16	14	(2.757)	(8.236)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(52.235)	(69.479)	(51.609)	(60.005)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	17.760	23.623	17.547	20.402
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(408)	7.429	(477)	7.351
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	825	19
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.652)	(454)	(5.571)	(766)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(124)
Prejuízos Fiscais	-	(31.993)	-	(31.986)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(57)	394
Controlada tributada no exterior	-	-	(1.903)	(6.186)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.262)	2.422	(8.262)	-
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	-	(14)	-	(14)
Benefício lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)	-	-	-	1.309
Outros itens	(3.437)	(1.013)	(5.987)	(959)
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	1	-	(3.886)	(10.560)
% alíquota efetiva	0%	0%	-8%	-18%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Controladora	2024	Variação do exercício	2025
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.105	-	9.105
Prejuízos fiscais	22.892	-	22.892
Base negativa de CSLL	15.349	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(105)	16	(89)
Total do ativo líquido	47.241	16	47.257
Consolidado	2024	Variação do exercício	2025
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.201	218	1.419
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.613	369	9.982
Prejuízos fiscais	22.892	-	22.892
Base negativa de CSLL	15.349	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(105)	16	(89)
Outras provisões	829	435	1.264
Total do ativo	49.779	1.038	50.817
Impostos diferidos passivos sobre:			
Não circulante:			
Outras provisões	(584)	-	(584)
Total do passivo	(584)	-	(584)
Total líquido	49.195	1.038	50.233

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. Em decorrência da Lei 14.148/2021, especificamente em relação a previsão normativa contida no seu artigo 4º, em razão da derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional em 18 de março de 2022, ficaram reduzidas a 0% por 60 meses as alíquotas dos tributos incidentes sobre as receitas que são PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, diante disso a Companhia cujo setor é pertencente ao setor de eventos aderiu aos benefícios da Lei com impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia nas linhas de IRPJ e CSLL.

A Companhia elaborou estudos de viabilidade, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos contados a partir do prazo de 60 meses, no entanto em razão do PERSE a Companhia mantém a posição adotada durante a pandemia de não aumentar o ativo para imposto diferido constituído sobre o prejuízo fiscal e adições temporárias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

O prazo estimado de realização é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2026	531	546
2027	1.791	1.833
2028	898	922
2029	2.317	2.370
2030	2.753	2.814
a partir de 2031	38.967	41.748
Total	47.257	50.233

d) ICPC 22/IFRIC23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência desta interpretação, dado que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em concordância com a legislação tributária vigente.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, parcelamento de impostos, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	38.953	76.057	38.953	76.057
Parcelamentos de impostos	-	27.859	-	28.394
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(24.972)	(42.767)	(71.440)	(111.913)
(-) Aplicação financeira	(999)	(2.037)	(999)	(2.037)
Caixa Líquido	12.982	59.112	(33.486)	(9.499)
Patrimônio líquido	103.032	133.740	104.158	137.355
Índice de alavancagem financeira- %	-13%	-44%	32%	7%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			2025	2024
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	492	757
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		25.479	44.047
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	-	11.913
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	27.488	24.402
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	23.526	11.549
Total de ativos financeiros			76.985	92.668
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(38.953)	(76.057)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(2.630)	-
Contas a pagar de partes relacionadas	Passivo ao custo amortizado	12	(91.155)	(82.784)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(18.471)	(29.104)
Total de passivos financeiros			(151.209)	(187.945)
Total de exposição			(74.224)	(95.277)

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Consolidado	
			2025	2024
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	7.449	10.710
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		64.990	103.240
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	-	11.913
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	8.403	8.418
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	48.017	42.702
Total de ativos financeiros			128.859	176.983
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(38.953)	(76.057)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(2.630)	-
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(60.421)	(73.899)
Total de passivos financeiros			(102.004)	(149.956)
Total de exposição			26.855	27.027

(i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços. (nota explicativa nº 7).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, conseqüentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contrato de Swap para proteção cambial dos empréstimos em moeda estrangeira realizados durante o período para pagamento de cachês internacionais. As informações resumidas dessas operações são apresentadas como segue:

Controladora e Consolidado	
Contratos em	
Dólar	
americano	
convertidos	2025
Empréstimos em moeda estrangeira	(41.556) (41.556)
Juros	(351) (351)
Variação cambial	2.954 2.954
Total	(38.953) (38.953)
Total atualizado pelo indexador ativo	39.396 39.396
Total atualizado pelo indexador passivo	42.025 42.025
Ganho com Swap	(2.630) (2.630)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Bancos	Dólar	192	238	18.361	51.784
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	9.405	10.168	-	-
Mútuo com controladas na argentina	Dólar	(6.728)	4.987	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(45.200)	(51.840)	-	-
Fornecedores	Dólar	-	(2.766)	(286)	(3.089)
Total de exposição		(42.331)	(39.213)	18.075	48.695

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para reais em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 30.263, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

i) Risco de mudança nas taxas de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos investimentos.

Apresentamos, a seguir, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e do Pronunciamento Técnico CPC 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia. Este quadro descreve os riscos relacionados à variação nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeiras estão atreladas, estimados pela Administração para a data-base de 31 de dezembro de 2025. A análise considera cenários prováveis e adversos, com base nas projeções do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), demonstrando, em cada cenário, o efeito da variação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

		Controladora				
		Cenário				
		Possível			Remoto	
	2025	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Empréstimos	(38.953)	(44.994)	(46.187)	(43.801)	(47.380)	(42.608)
Aplicações financeiras	25.479	27.299	28.009	26.588	28.719	25.878
Exposição líquida	(13.474)	(17.695)	(18.178)	(17.213)	(18.661)	(16.730)

	Consolidado					
	Cenário					
	2025	Possível			Remoto	
		Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%
Empréstimos	(38.953)	(44.994)	(46.187)	(43.801)	(47.380)	(42.608)
Aplicações financeiras	64.990	57.873	59.282	56.464	60.691	55.055
Exposição líquida	26.037	12.879	13.095	12.663	13.311	12.447

(i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 14,90% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 15,00% a.a., projetada para 31 de dezembro de 2025 pelo relatório Focus publicado em 26 de dezembro de 2025. Foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ii) Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, em 31 de dezembro de 2025 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

Controladora						
Cenário						
Possível						
Remoto						
2025	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)	
Bancos	192	192	240	144	288	96
Empréstimos	(38.953)	(38.953)	(48.691)	(29.214)	(58.429)	(19.476)
Exposição líquida	(38.761)	(38.761)	(48.451)	(29.070)	(58.141)	(19.380)

Consolidado						
Cenário						
Possível						
Remoto						
2025	Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%	
Bancos	18.361	18.361	22.951	13.771	27.541	9.180
Empréstimos	(38.953)	(38.953)	(48.691)	(29.214)	(58.429)	(19.476)
Fornecedores	(286)	-	-	-	-	-
Exposição líquida	(20.879)	(20.592)	(25.740)	(15.443)	(30.888)	(10.296)

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 5,40 em 31 de dezembro de 2025, segundo o relatório Focus publicado em 26 de dezembro de 2025.

(ii) No cenário Possível, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 7,13, as estimativas geram variação negativa em 12 meses de R\$ 6.298 e R\$ 18.085 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(iii) Em outra análise de cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com apreciação de 25% nas paridades cambiais, diminuindo o dólar americano para R\$ 4,28, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 6.298 no Consolidado e R\$ 18.085 na Controladora.

(iv) No cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 8,55, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 12.594 e R\$ 36.168 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(v) Ainda dentro da análise do cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com apreciação de 50% nas paridades cambiais, ocasionando queda do dólar americano para R\$ 2,85, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 12.594 e R\$ 36.168 no Consolidado e na Controladora, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**iii) Riscos do ambiente macroeconômico**

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

iv) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), em Dezembro de 2024 a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,83%, em 2023 a taxa de inflação de preços no Brasil foi de 4,62%.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Estamos expostos a inflação sobre Caixa mantido no Chile e na Argentina. No caso do Chile, o cenário atual da economia nos leva a crer que este risco é pouco relevante, além de nossas disponibilidades de caixa estarem investidas em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Na Argentina, da mesma forma, nos protegemos com o investimento do nosso caixa em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Parte do nosso caixa na Argentina é composto por saldo a repassar a terceiros, estando esta exposição concentrada no produtor terceiro. Quanto aos fornecedores em moeda local, seus custos acompanham a cotação do dólar contra o peso argentino, o que buscamos, no mínimo acompanhar no preço dos ingressos e aluguéis vendidos.

v) Risco Legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

vi) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2025	2024
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	70.000	70.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	33.667	37.810
		103.667	107.810

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 146.098 (R\$ 141.744 em 31 de dezembro de 2024).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**c) Contratos de prestação de serviços**

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$65.664 para 31 de dezembro de 2025 (R\$64.220 em 31 de dezembro de 2024).

d) Contrato de Compra e Venda de Ações

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. ("Vicar"), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas demonstrações financeiras e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$5, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; (iii) Chile, (iv) Peru e (v) Estados Unidos da América

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Consolidado				
2025				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	46.837	102.091	31.837	180.765
Custos	(63.636)	(67.803)	-	(131.439)
Lucro (prejuízo) bruto	(16.799)	34.288	31.837	49.326
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(823)	(18.962)	-	(19.785)
	(17.622)	15.326	31.837	29.541
Despesas administrativas				(42.887)
Resultado financeiro				11.076
Lucro antes dos impostos				(2.270)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Consolidado				
2024				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	50.459	93.168	22.027	165.654
Custos	(73.555)	(71.012)	-	(144.567)
Lucro (prejuízo) bruto	(23.096)	22.156	22.027	21.087
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	6.240	(4.149)	-	2.091
	(16.856)	18.007	22.027	23.178
Despesas administrativas				(52.000)
Resultado financeiro				(31.183)
Prejuízo antes dos impostos				(60.005)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita líquida		
Argentina	58.531	79.252
Brasil	121.855	85.849
Chile	379	553
	180.765	165.654

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro bruto (prejuízo)		
Argentina	16.204	24.824
Brasil	32.743	(3.655)
Chile	379	(82)
	49.326	21.087

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		
Argentina	(30.881)	(10.584)
Brasil	(15.612)	(68.080)
Chile	(1.382)	19.087
Peru	(3.953)	(676)
Estados Unidos da América	219	248
	(51.609)	(60.005)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

32. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 31 de dezembro de 2025, não havia ações ordinárias potenciais.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(52.219)	(69.465)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação ⁽ⁱ⁾	6.741.262	6.741.262
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação ⁽ⁱ⁾	6.741.262	6.741.262
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	(7,7462)	(10,3045)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	(7,7462)	(10,3045)

(i) Conforme comunicado ao mercado divulgado em 28/05/2025 por meio de fato relevante, a Companhia realizou o grupamento de ações, dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.741.262 ações ordinárias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Declara ainda que revisou o conjunto das demonstrações financeiras e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 25 de março de 2026